



O FAZER JORNALÍSTICO E OS TRABALHADORES EM GREVE: O DILEMA ENTRE A MILITÂNCIA E O PROFISSIONALISMO

Marco Antônio Roxo da Silva¹

No fim dos anos 1970 o termo “trabalhador” tinha um significado político que agregava uma série de categorias profissionais distintas, como metalúrgicos e jornalistas. O “Novo Sindicalismo”², cujo marco fundador foi à greve metalúrgica do ABC, em 1978, aproximou jornalistas de um determinado conjunto de forças da sociedade, que materializou sua identidade política, primeiro com o surgimento do Partido dos Trabalhadores e depois com a fundação da Central Única dos Trabalhadores.

Assim, mais do que significar um lugar ocupado na produção, ser trabalhador tinha como sentido, naqueles tempos, ter uma relação de pertencimento com uma força política e social que ia tentando ganhar identidade própria com a criação de um partido. Para os ativistas sindicais do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, SJSP, significava também fazer os jornalistas adotarem atitudes e práticas sindicais de “luta”. Era apostar na organização de movimentos específicos ou gerais, que tinham por fim último à greve como arma para aumentar o poder de barganha nas negociações com os patrões. Residia nessas lideranças a crença de que os trabalhadores tinham um destino comum e que as lutas específicas de cada categoria levaria a um caminho geral que garantiria a hegemonia política desses atores sobre os demais grupos da sociedade.

Para nós, a greve metalúrgica no ABC, em 1979, acirrou essa última tendência e fez a diretoria e os ativistas do SJSP manifestarem a sua solidariedade fraternal e material com aquela categoria de trabalhadores³. Porém, aquele movimento não afetou somente as

¹ Doutorando em Comunicação da Universidade Federal Fluminense.

² O “Novo Sindicalismo” que surgia em 1978 era identificado pela “origem e centro no setor moderno da economia, autonomia diante dos partidos e do Estado, organização voltada para a base e ímpeto reivindicativo direcionado para os interesses dos trabalhadores” SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em Disputa: ‘O Novo Sindicalismo’ e a Idéia de Ruptura com o Passado. In RODRIGUES, Iram Jácome (org). “*O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois*”. Vozes, Petrópolis, Educ e Unitrabalho, 1999.

³ De 23 a 30 de maio de 1979, os jornalistas de São Paulo entraram em greve. Lutavam por um aumento de 25% de salários e estabilidade para os membros do Conselho Consultivo de Representantes de Redações, organismo equivalente às comissões de fábricas dos metalúrgicos. Houve impasse nas negociações com os patrões, que

lideranças sindicais. Por ser uma greve que adotou como fórum de deliberação com amplas assembleias plesbicitárias e massivas, realizadas no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, teve grande visibilidade mediática. A cobertura jornalística daquele movimento serviu para por em discussão as definições que giravam em torno das práticas profissionais dos jornalistas, perturbadas pelas relações identitárias que esses atores sociais sentiam pelo movimento grevista do ABC. Ou seja, pôs em confronto o jornalista “trabalhador” e o jornalista “profissional”. Mas de que forma os jornalistas resolveram esse conflito?

Vamos mostrar que, para dar visibilidade a luta dos trabalhadores, os jornalistas adotaram uma série de artifícios nas suas práticas profissionais para burlar a censura patronal, atenuar a repressão policial sobre os grevistas e ainda fazer suas reportagens. Três questões se apresentam aqui: que artifícios eram esses? Até que ponto eles convergiam com critérios profissionais? Qual o grau de consenso existente entre os jornalistas sobre esses critérios? Achamos importante investigar mais de perto este assunto, pois ele nos permite entrar no universo dos valores dos jornalistas comuns, ou seja, aqueles que não tinham notoriedade nem como militantes sindicais e nem ocupantes de cargos de relevo nas empresas jornalísticas.

Para tratar dessas questões, usaremos como estudo de caso um debate que ocorreu no Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo e foi noticiado no *Unidade*, jornal daquela entidade. O debate foi publicado na edição de abril de 1979, e recebeu destaque na capa, com o seguinte título: “*O Repórter Entra na Greve*”. Logo abaixo do título, uma grande ilustração compunha a página trazendo um metalúrgico e um jornalista caminhando de braços dados. Era uma menção a dois casos que ocorreram na cobertura da greve metalúrgica e centraram as discussões. O primeiro fazia menção ao desejo de um jovem fotógrafo de ser preso durante a greve. Isso significava um envolvimento por parte do jornalista com o movimento dos trabalhadores que se sobrepunha as suas obrigações profissionais. Esse desejo era estranho a valores que exigiam um relativo grau de comprometimento do profissional com prazos e horários estabelecidos para o exercício da

apelaram para a Justiça do Trabalho julgar o movimento ilegal. No dia 29 o Tribunal Regional do Trabalho julgou o movimento ilegal abrindo espaço para os patrões iniciarem um intenso processo de demissões. Ver SILVA, Marco Antônio Roxo da. *Companheiros em Luta: A Greve dos Jornalistas de 1979*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2003.

reportagem. Ou seja, o jornalista, como assalariado, tinha vínculos e relações contratuais que estabeleciam obrigações a cumprir. Era um tipo de relação impessoal exposta no seguinte argumento por um fotógrafo veterano, José Moura, dos *Diários Associados*: “*A vida inteira eu aprendi que eu tenho que levar o filme para a redação; tenho que garantir o meu salário. Quem paga o salário é o patrão e eu tenho que fazer o meu trabalho*”⁴.

O segundo era oriundo de um comentário genérico feito por Afonso de Souza, mediador o debate. Conforme o jornalista, muitos repórteres estavam fazendo piquete na greve dos metalúrgicos. Em função desse dado, Afonso de Souza propôs aos debatedores discutirem os seguintes problemas: Até onde deve ir o repórter? Ele pode fazer piquetes junto com metalúrgicos? Ele tem o direito de virar notícia, se expondo à prisão ou aceitando provocações dos policiais? Ele pode assessorar as fontes de notícias? Ele deve censurar a notícia, o fato, em função de seu próprio desejo?

Os jornalistas participantes da discussão no Sindicato eram Célia Romano, *O Estado de S. Paulo*, Julio de Gramont, *Folha de S. Paulo*, Dacio Nitrini, *Globo Repórter*, Margarete José Acosta, *Diário do Grande ABC*, Vera Artaxo, *Última Hora*, José Moura, fotógrafo, *Diários Associados*. Além do mediador, tiveram participações eventuais Antônio Romane e José Carlos Kfourri (Juca Kfourri) diretores da entidade.

Implicitamente, os dois casos nos remetem a conceitos como profissionalismo, imparcialidade e objetividade⁵. Esses conceitos e o modo como os debatedores os interpretaram estavam, na nossa hipótese, relacionados à forma como os jornalistas articulavam, ou não, o exercício profissional como militância política.

⁴ *Unidade*, 42, abril de 1979, p. 8.

⁵ A objetividade e a neutralidade não são só valores, mas também produção narrativa, no qual o uso de determinadas técnicas discursivas procuram dar ao texto jornalístico um caráter autônomo em relação a política e a literatura. Essas técnicas foram inventadas no EUA no início do século passado com o avanço da industrialização elas ganharam ares de universalidade. Apesar de muito criticada por produzir um efeito ilusório não se pode negar sua ancoragem factual que confere legitimidade ao discurso jornalístico e que norteia parte dos critérios que são entendidos como profissionais. No Brasil elas tiveram uma presença mais consistente a partir de 1950, quando o jornalismo começou a transitar da esfera política para a indústria cultural. Aqui, porém, ambas são questionadas por parcelas dos profissionais enquanto são ferrenhamente defendidas por outros. Ver CHALABY, Jean K. “Journalism as na Anglo-American Journalism Invention: A comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s”. In *European Journal of Communication*. Vol. 11(3): 303-326. RIBEIRO, Ana Paula G. Ribeiro, *História e Imprensa no Rio de Janeiro dos anos 50*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2000, p. 9. Mimeo.

Jornalistas, a serviço da notícia ou do movimento grevista?

Vera Artaxo iniciou o debate chamando a postura dos jornalistas envolvidos nos casos citados de antiprofissional. Para a jornalista, eles esqueceram da função que estavam exercendo e passaram a exercer uma outra função, a do militante ou do cidadão comum, que quer apoiar, legitimamente, a greve. “*Se ele está ali como repórter, a função dele é coletar informações*”⁶.

A opinião de Vera teve o apoio de Dácio Nitrini, para quem o repórter tem de optar entre ser um profissional e um cidadão. É interessante como a representação da figura do cidadão se confundia com o exercício da militância política. Porque não estamos falando de gesto de apoio como comparecimento a comícios, mas sim da participação direta na greve através dos piquetes. Isto pode ser, também, um sintoma de como, naquele momento, o conceito de cidadania não expressava só direitos sociais, mas também direitos de participação política, inclusive de apoio explícito ao direito de greve. As bandeiras típicas do movimento sindical, como direito de greve e autonomia sindical simbolizavam, naquele momento, bandeiras políticas dos trabalhadores e nesse sentido, havia uma luta dos sindicatos, para que o termo trabalhador também fosse incorporado ao conceito de cidadania política.

A questão da relação imbricada entre cidadania e política, de forma paradoxal, criava dificuldades no tratamento do conceito de imparcialidade jornalística. Se a cidadania pressupõe um engajamento, a prática profissional deveria pressupor distanciamento. Mas, segundo Vera Artaxo, “*a imparcialidade jornalística não existe*”. O jornalista como trabalhador

*“se manifesta no dia primeiro de Maio ou nas assembléias da campanha salarial; aí ele reivindica como trabalhador. Eu tive uma experiência lá na TV **Bandeirantes**: um repórter que ficou lá pouco tempo, no dia que teve uma manifestação estudantil (ele também era estudante) pediu para ser dispensado do trabalho. Foi um dia que teve uma repressão dura no Largo São Francisco. Ele não queria trabalhar como repórter. Ele queria participar. Levou uma bronca, não foi dispensado. Tinha que cobrir, precisavam dele. Ele foi e o material que*

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Jornalismo**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

ele trouxe era um absurdo. Ele tratava as autoridades como estudante e não como jornalista, agredindo inclusive”⁷.

Apesar de reiterar a inexistência da imparcialidade, Vera afirmava a necessidade de se separar os papéis do jornalista cumprindo sua missão enquanto profissional, e o jornalista se comportando como trabalhador ou cidadão. O resultado dessa mistura, segundo Vera, foi um material noticioso classificado de “absurdo”. A parcialidade assumida pelo jornalista retratado por Vera se materializou no uso que este fez de adjetivos pejorativos para se referir às autoridades presentes no evento. Para Vera um mínimo de distanciamento era necessário para o correto exercício profissional. Mas, que mínimo é esse? Como medi-lo? O distanciamento não pressupõe algum grau de imparcialidade? Se a imparcialidade, segundo a debatedora, não existe, como manter distância dos eventos políticos?

O discurso de Vera começou a ser sutilmente contestado, pois a participação dos profissionais de imprensa nos piquetes podia ser um gesto movido mais por interesses jornalísticos que políticos. Conforme Afonso de Souza “*estar com os caras (com os metalúrgicos no piquete) talvez não seja antiprofissional. Se ele tiver a certeza de que leva o material para a redação, acho que aí não tem nada de antiprofissional*”⁸.

O profissionalismo passava a ser definido por outras premissas: levar o material para a redação, sem maiores questionamentos de como esse material foi obtido. A relação entre jornalismo e política aproximava mais do que afastava os papéis do profissional e do militante. Segundo Margarete José Acosta, enquanto ela estava cobrindo a greve no Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, os sindicalistas organizaram um piquete e pediram sua presença e de um fotógrafo para o esquema de segurança. A presença de jornalistas e da imprensa, de modo geral, era fator inibidor da repressão e violência policial. Margarete Acosta, ao atender o pedido, agiu com base na sua consciência individual, uma vez que não havia outro tipo de coerção exercida sobre ela no momento em que executava o seu trabalho. A questão que a jornalista propõe é: será que ela agiu com antiprofissionalismo, já que o seu

⁶ Vera Artaxo. Unidade, 42, abril de 1979, p. 8.

⁷ Idem Ibidem

⁸ Idem Ibidem.

interesse pessoal era ajudar o movimento? Por que tipo de impulso ela foi movida, profissional ou militante?

No geral, a postura de ajuda indireta dada ao movimento grevista por Margarete não foi vista como antiprofissional, porque ela agiu enquanto imprensa e não como cidadã. Qual a diferença? Vejamos o depoimento de Dácio Nitrini.

“É muito diferente você ir para um piquete, distribuir o panfleto entrar no ônibus junto com os metalúrgicos e impedir a descida do pessoal, para não ir ao trabalho. Existe uma diferença fundamental entre você estar presente, enquanto imprensa, atuando enquanto profissional, e você estar lá enquanto gente, enquanto cidadão dando o seu apoio”⁹.

No entender de Dácio Nitrini, o cidadão poderia dar um apoio direto, como panfletar, fazer piquete. Porém, o apoio do jornalista enquanto imprensa teria de ser mais sutil. Segundo Dácio, todos tinham conhecimento de que a presença, tanto da imprensa quanto de parlamentares do MDB, servia de freio a repressão. Essa relação entre a postura de jornalistas e parlamentares não era fruto de um papel político que a imprensa exercia naquele momento?

A questão se tornou mais confusa quando Julio de Gramont afirmou conhecer casos de jornalistas fazendo perguntas a metalúrgicos que iriam trabalhar como *“Por que você está furando a greve?”*. As entonações e termos utilizados faziam a pergunta ter um sentido de intimidação. Afinal quem gosta de ser chamado de fura-greve? E ainda, correr o risco de ver seu nome no jornal com esse qualificativo? Assim, diante da pergunta, muitos retardavam ou resolviam não entrar na fábrica. Ao agirem desse modo, os jornalistas estavam, para Julio de Gramont, agindo politicamente, assumindo uma posição pró-greve.

Novamente apareceram atenuantes tendendo a dar um contorno mais profissional a ação daqueles jornalistas. Segundo Dácio, se a pergunta estivesse no contexto de uma reportagem, o teor político da atitude dos jornalistas seria irrelevante. Mais adiante, Dácio associa interesses políticos com a questão da ética jornalística.

⁹ Idem Ibidem.

“Isso é uma discussão ética. Se você vai fazer uma matéria e entrevista um fura-greve, e na entrevista esse fura-greve desiste de trabalhar, isso foi uma consequência de seu trabalho. Ele poderia não desistir. Agora, de certa maneira, você se utilizar da posição de jornalista, o que lhe dá certa isenção, para fazer política ou para ter atitudes políticas eu não sei até que ponto você pode considerar o tipo de jornalista, que ainda existe, infelizmente, que vai a boate e toma uísque de graça, se dizendo jornalista, usando de uma posição...”¹⁰.

Para Dácio Nitri, o bom profissional deve se empenhar em captar tudo, ter uma briga diária dentro das redações e enfrentar pressões internas para obstruir dados colhidos no exercício da reportagem. Esse seria o papel político do jornalista.

“(...) é muito mais importante que a gente como jornalista, brigue no campo em que somos indispensáveis e massacrados, do que você tentar substituir ou cumprir um papel que não é teu. Quer dizer enquanto categoria, enquanto sindicato, você está contribuindo, você está apoiando, você está organizando. Agora, enquanto jornalista trabalhando para um veículo você tem de ter uma postura diante do fato, com certo distanciamento”¹¹.

Uma postura com um certo distanciamento. Mas qual? Enquanto Dácio se posicionava entre os limites da isenção total e da ação claramente política, Júlio de Gramont afirmava que esse certo distanciamento não existe. Mas isso, no seu entender não significa que o jornalista da grande imprensa fosse ser “panfletário”.

Para Célia Romano, ao cobrir e reportar determinado assunto, o jornalista usa de seu envolvimento e de suas definições políticas para medir o seu interesse, por determinados aspectos de um fato em detrimento de outros. O que, para Célia, não significa que o jornalista sonegue informação. Para ela, o envolvimento e a ideologia do podem criar uma hierarquia na descrição de uma cadeia de fatos que compõem um evento. Porém, essa hierarquização

¹⁰ Idem Ibidem.

¹¹ Idem Ibidem.

não deve impedir que o profissional ofereça ao leitor um quadro real ou mais perto possível da realidade.

Célia presenciou alguns jornalistas abandonando a checagem de determinados acontecimentos na cobertura da greve, como a presença de metalúrgicos alcoolizados envolvidos numa briga. Segundo Célia, isso ocorreu em função de haver uma diferença de expectativas e de valores entre o jornal e o jornalista. Assim, pressentindo que o jornal, por conveniência política, ia explorar negativamente o episódio, o jornalista não investigou o mesmo.

A manipulação das informações ocorrida dentro dos jornais levava a uma reação, também de manipulação, por parte dos jornalistas. Eles sonegavam determinados tipos de informação, já antevendo como elas poderiam ser exploradas na edição do jornal. O que reitera, mesmo que de forma sutil, um certo grau de autonomia do jornalista e de sua consciência diante das coerções a que é submetido durante o exercício profissional. Isso não só se dava pelo enfrentamento direto dentro do ambiente de trabalho, proposto por Dácio Nitrini, como por sutis estratégias de manipulação do conteúdo noticioso e do enquadramento de uma matéria jornalística.

A sonegação da informação, que havia trabalhadores alcoolizados ao redor do movimento, foi taxada por Afonso de Souza como autocensura. Para Afonso os jornalistas envolvidos no episódio não retrataram os trabalhadores do jeito que eles são: gostam e tomam cachaça. Para Dácio, essa era uma postura desonesta, pois os critérios profissionais exigiriam dos jornalistas a descrição de tudo que viu. *“Qual é a função do repórter? É ir ao local, olhar e contar o que viu...”*¹².

A visão instrumental da Objetividade

Era isso que norteava a objetividade jornalística? Será que os critérios jornalísticos são tão claros assim? Segundo Juca Kfoury:

“Qual é a missão do jornalista? Do jornalista consciente. É retratar, pura e simplesmente, tudo o que está vendo ou é assumir uma posição, enquanto

explorado, enquanto assalariado, ou, se quiser, a posição do patrão? Até que ponto ser objetivo, nos termos que a gente colocou, não é fazer o jogo do patrão?”¹³

A objetividade, reiterada pelo princípio de que o jornalista deve “*retratar tudo que viu*”, pode, para Kfoury, ser instrumentalizada politicamente pelos patrões. O argumento do dirigente sindical é uma recorrência do caso contado por Célia Romano, no qual os jornalistas sonegavam determinadas informações, pois temiam a manipulação das mesmas pelos patrões.

No entanto, em determinados momentos, como os de censura patronal, a objetividade serve de critério para o jornalista defender que seja divulgado determinado fato. Porém, em outros, há uma inversão e a objetividade pode favorecer o patronato e gerar efeitos negativos na luta dos trabalhadores. O que validava ou não, para Kfoury, o uso do critério da objetividade jornalística era a consciência política do jornalista. E o grau dessa consciência não era movido só por questões ideológicas ou partidárias, mas também pelo grau de identificação e afinidade, podemos dizer de classe, que os jornalistas tinham pelos trabalhadores em luta. O interessante é como, naquele contexto, essa consciência de classe, nem sempre compartilhada coletivamente pela categoria, ganhava sentido, se sobrepondo à missão do jornalista profissional, dando aos critérios jornalísticos um uso estratégico.

Havia duas posições, digamos, extremadas. A de Dácio Nitrini, representando o jornalista movido por critérios profissionais e a de Júlio de Gramont na qual o jornalista submetia os critérios profissionais a sua visão de mundo. Porém, as posições convergiam quando o interesse dos trabalhadores soava mais alto. Dácio quando inquirido de forma mais incisiva por Célia Romano se manteria a decisão de publicar uma informação de cunho estratégico para o movimento metalúrgico, sabendo que a divulgação prejudicaria o movimento, recuou. “*Ah, nesse nível não*”¹⁴. Por outro lado, segundo Julio, a decisão acabava sendo individual com o jornalista interpretando os fatos segundo os seus critérios. Mas, o que seria isso?

¹² Idem, p.9.

¹³ Idem Ibidem.

¹⁴ Idem, p.9.

O caso de José Moura serviu para ativar essa discussão. Ele foi o autor de uma foto que mostrava os trabalhadores sendo agredidos pela polícia, estampada nas páginas do jornal *Diário de São Paulo*. A divulgação da foto gerou mal estar na cúpula da polícia e dos militares. Porém, Moura viu metalúrgicos furando pneus (de carros da polícia) e, intencionalmente, não fotografou. Segundo Dácio, este era um exemplo da autoridade do jornalista de decidir da importância da informação, pois ele “*é quem está lá vendo a informação*”.

Como isso pode ser uma regra compartilhada? O que é relevante ou não relevante do ponto de vista social e profissional para um jornalista? Segundo Margarete, era complicado estabelecer, do ponto de vista do conceito de informação, a diferença entre não informar que havia metalúrgicos furando pneus de carros da polícia e noticiar que os bares de São Bernardo estavam vazios, conforme um jornal, quando havia metalúrgicos bebendo. Nos dois gestos havia um comprometimento implícito dos jornalistas com o movimento afetando o conteúdo da produção noticiosa. Porém, um usou como critério não dar a informação, sob a premissa de ela não era relevante. E o outro achou relevante informar mesmo que falseando a realidade.

Havia, contudo diferenças entre este problema e envolvimento direto dos jornalistas com a greve, como no caso da participação de repórteres em piquetes de metalúrgicos. No primeiro caso, como o de Moura, o jornalista preserva sua identidade como profissional de imprensa. No caso do piquete, essa identidade passa a se confundir, com o jornalista assumindo a identidade dos metalúrgicos em greve.

Para Vera havia um único consenso na discussão. “*Parece que nós todos estamos de acordo em que cada um vai lá e vê com os próprios olhos e vai enfatizar aquilo que achar mais importante.*”¹⁵. Logo, voltamos a questão da autonomia interpretativa do repórter para decidir o que é ou não de relevância social. Quais os constrangimentos sofridos por essa ação autônoma? A questão é complicada como vimos, pois novamente ressurgiu a discussão da intenção do repórter ao fazer o piquete. Será que era para obter maiores informações do movimento ganhando a simpatia dos trabalhadores? Assim, a discussão parecia andar em círculos em função da dificuldade de se estabelecer limites precisos para separar a ação política e a jornalística na atitude dos repórteres. Quais os limites entre uma e outra?

Segundo Célia Romano, a idéia de profissionalismo separava de modo rígido jornalistas e metalúrgicos. Nesse caso, a participação e o grau de envolvimento político direto dos jornalistas com a greve metalúrgica, diluíam essa diferença e faziam os profissionais de imprensa agirem como metalúrgicos, nos piquetes. O segundo momento era o de escrever a reportagem. Aí, o jornalista se via confrontado pelos limites impostos pela empresa e tentava expandí-los. Tanto em um quanto em outro, a consciência que movia os jornalistas contra tais limites era a de classe, fazendo-os agir, em ambos os casos, como trabalhadores. Portanto, ao agirem nos piquetes e ao darem um tratamento privilegiado aos metalúrgicos nas suas coberturas jornalísticas, os repórteres assumiam uma determinada identidade.

Célia via esse envolvimento político como problemático. Na medida em que as fronteiras dos limites éticos do jornalismo tendiam ficar totalmente imprecisas em função da contaminação política, se quebravam as regras minimamente compartilhadas no exercício da profissão. Assim entre o limite do exercício profissional e da militância política, Célia afirmou:

“Eu não acredito que todas as pessoas que foram fazer piquete – cobrindo como jornalistas- pensavam com esse objetivo (de conseguir a matéria). Sabe, na verdade havia um envolvimento político direto. Há um limite que eu vejo que é o da participação. Há um outro limite que é consequência deste, que se dá quando você sentar na máquina e por tudo que você viu. Porque aí você está em confronto com o limite estabelecido pela empresa. E aí você como trabalhador vai contra. E você vai contra esse limite da empresa não só na greve do ABC. Por qualquer circunstância se você tem uma consciência maior, você vai contra. Então, eu acho que a gente tem que colocar na verdade, que limites são esses? E onde eles devem ocorrer? Ou eles são consequência de um e na medida que você discute um você está dando o limite do outro?”¹⁶.

Dácio procurou ser mais preciso ao afirmar que jornalista não podia agir como metalúrgico. Como ficava a questão do envolvimento político com dos repórteres o movimento grevista? *“A atitude política de apoio, que no fundo é o que todos nós estamos*

¹⁵ Idem Ibidem.

¹⁶ Idem Ibidem.

querendo, ela é mais eficiente enquanto você está atuando como jornalista, no seu veículo, do que enquanto você está atuando como cidadão ali naquele momento”¹⁷.

O ciclo vicioso da discussão mostra a dificuldade de se estabelecer parâmetros precisos entre as identidades profissionais e as identidades sociais e políticas. Como se separa o repórter do cidadão? Pelo tempo fixado na jornada de trabalho? Esse não seria um parâmetro burocrático para traduzir a função social do jornalista? O nóculo da discussão também se encontrava embaralhado. Como estabelecer limites precisos de apoio ao movimento metalúrgico sem abalar os chamados critérios profissionais, quando os próprios critérios profissionais também não possuem limites precisos? Havia, entretanto, o reconhecimento do peso social na profissão de jornalista em função da ressonância e visibilidade que o seu trabalho poderia trazer em termos de contribuição ao movimento grevista. Mas, voltamos a questão de como conciliar as práticas jornalistas com ações de apoio aos metalúrgicos em greve, sem abandoná-las? Afinal, como ser imparcial e objetivo e apoiar um movimento de trabalhadores?

Segundo Célia, “*vivência política*”, “*experiência de vida*” e “*amadurecimento*” eram fundamentais para o exercício da reportagem, para a condução da cobertura de um evento. Os valores citados, para Célia, eram importantes para o jornalista, numa greve, pegar todos os lados e destacar aqueles que são importantes no movimento. Criar uma hierarquia, um critério de importância numa série de eventos que envolviam uma greve. Isto era necessário não só para facilitar a narrativa escrita, mas também para sedimentar o apoio da sociedade, neste caso representada pelo jornalista, ao movimento. Daí as ações repressivas da polícia terem um destaque na abertura da narrativa textual e a informação de que havia trabalhadores bebendo, tomando cachaça, poder vir dispersa, no meio da reportagem. Porém, essa postura autônoma encontrava um limite ou um constrangimento.

“Quando você senta na máquina para escrever, vai todo um jogo de texto, jogos e jogos de acordo com o veículo pelo qual você trabalha...é claro, entrevistando um fura-greve, e tendo condições pessoais, você vai explorar as contradições dele...e vamos colocá-las no papel, na medida em que nossa capacidade dá e na medida –

¹⁷ Idem Ibidem.

“você tem que aceitar mesmo – que o jornal deixa você colocar. Aí é outra briga”¹⁸.

Os limites e constrangimentos ao envolvimento político dos jornalistas ficariam mais claros no momento em que a apuração se tornava uma narrativa, porém, através de jogos de textos o profissional tentava passar o seu ponto de vista, a sua contribuição ao movimento dos trabalhadores. Mas, o próprio exercício da apuração não impor limites no envolvimento dos jornalistas com a greve?

A participação direta ou indireta de repórteres em piquetes, em esquemas de segurança para impedir a repressão policial ou transmitindo recados entre os trabalhadores etc tinham, porém, potencial para se tornarem uma grande reportagem. Vamos ao relato de Júlio sobre sua participação na greve da Volkswagen em 1979.

*“Inclusive vou contar a história desse piquete...que não se tratava de se envolver emocionalmente, de porra-louquismo ou ser panfletário ou esquerda festiva. Não era isso, era um dado objetivo – seis mil caras entrando e o pessoal não dando conta. Chegou o momento do piquete, e que não era para fazer o piquete, vendo o negócio ali (todos entrando nas fábricas). E que eles fizeram na hora. É claro, todos estavam pró-trabalhador, mesmo como repórter. Aí a palavra de ordem era **Entra e pára a máquina**. Eu cheguei a levar recados lá para os caras, só que quando ele estava falando isso, começaram a dar as mãos lá atrás, formou a fileira do piquete e depois uma segunda fileira, já com os próprios trabalhadores assumindo. Foi quando eu falei: **Muda tudo, olha o pessoal lá atrás.**”¹⁹*

Era a prova do envolvimento direto e da intervenção, mesmo que não decisiva, dos jornalistas no movimento. Não houve condenações, mas uma certa admiração dos jornalistas ao ouvir o relato de Julio. Partiu de Dácio o comentário de que aquela era uma grande história e que devia ter sido publicada. Julio informou que fez a matéria, a transmitiu por telefone ao jornal e ela não foi aproveitada. Porém, na fala de Julio o que fica claro é a sua preocupação

¹⁸ Idem, p.10.

¹⁹ Idem Ibidem. (Grifos meus)

com o destino da greve, já que o piquete, inicialmente formado por pessoas diversas, não estava conseguindo conter os metalúrgicos. Esse era o dado objetivo da necessidade de ajuda que tinha o movimento. E isso norteou sua postura como militante e, talvez em menor grau, como jornalista. Mas também não havia envolvimento emocional? Se o jornalista assumisse uma postura profissional totalmente isenta, distanciada dos atores sociais em conflito ele não se envolveria, seria um *elemento estranho* e não interferiria no destino da greve na Volkswagen.

Para Júlio, ele cumpriu sua função social como um repórter. Mas, a definição sua apresentava embaralhada e confusa para os debatedores. O próprio Julio, depois de relatar o seu envolvimento com a greve, afirmou que a ética profissional exigia do jornalista um certo distanciamento entre ele e o fato. Porém, novamente afirmou que antes do problema ético profissional existia o problema político. Tentando ser enfático e dar precisão a essa separação entre a ética do profissional e do militante, Dácio afirmou que “*o repórter tem uma função social enquanto repórter. Para ser repórter, tem que ser político*”²⁰. Porém, qual a definição de política que está em jogo? Não voltamos ao mesmo lugar? Aqui o problema, segundo Célia e Dácio, se remitia a questão do amadurecimento do jornalista para discernir qual era a visão política mais consequente sobre um determinado fato. Mas, quem determina o que é a visão política mais consequente?

“*Senso crítico*” e “*sensibilidade política*” eram qualidades que, para Célia definiam um jornalista. A postura desengajada era visto como um sintoma da adesão do profissional às idéias do patrão. Para Dácio, “*fica claro que o cara que diz que não tem posição política está trabalhando exclusivamente para o patrão. Tem uma posição política exatamente igual a do patrão*”²¹.

Mas nem tudo era consenso. Maturidade tinha outro sentido para Julio. “*Maduro é o seguinte: um cara tem tarimba profissional. Um sujeito que tem assim um leque de informações e sabe manipular essas informações...dialética de informações*”²². Portanto, a vivência e a experiência, se eram qualidades necessárias tanto ao bom discernimento político do profissional quanto à capacidade do jornalista manipular as informações, criava jogos de

²⁰ Idem,p 11.

²¹ Idem Ibidem.

²² Idem Ibidem.



ilusões, dando ao leitor uma determinada versão instrumentalizada dos fatos. Assim, como se aproximar da verdade?

Certamente a relação de compromisso da maioria dos jornalistas com a luta pela redemocratização e o sentimento de identidade dos mesmos com o movimento do operariado do ABC trouxeram abalo à cobertura jornalística. Era importante colaborar para o avanço democrático da sociedade e a luta metalúrgica fazia parte desse contexto. Contribuir jornalisticamente com a greve era, nesse sentido, contribuir com a democracia. A adesão e a simpatia dos jornalistas pela luta dos trabalhadores não estava em discussão. A questão era: como colaborar? Parte dos profissionais sabiam dos efeitos que a cobertura jornalística poderia ter sobre a greve e se sentiam responsáveis, em parte, pela forma que ela seria enquadrada nos jornais. Conheciam as artimanhas usadas para sub ou supervalorizar um dado ou uma informação. Portanto, não faziam do princípio de “informar tudo que a gente vê” uma convicção. Procuravam utilizá-lo com aquilo que julgavam ser de sua responsabilidade. Porém, havia uma tensão entre essas duas éticas, fazendo com que hora os jornalistas se apegassem ao discurso do profissionalismo em sua convicção, ora o diluíssem.

Evidentemente que a questão da responsabilidade social, assim como outras, não apareciam claramente definidas no debate. Até porque o conceito de responsabilidade social remete a existência de um relativo consenso em torno de determinados valores e uma certa institucionalização dos papéis sociais de determinadas profissões. Porém, aquele era um momento de mudança. Havia comprometimento dos jornalistas com o movimento e a certeza de que estavam do lado correto: o dos trabalhadores e por consequência, o do povo.

Os pontos destacados até aqui ressaltam um relativo grau de autonomia de escolha do repórter sobre o que vai e o que não vai fazer parte do material a ser entregue na redação. Essa escolha convive com tensões impostas pela empresa e pela própria consciência profissional do jornalista em se ver obrigado a relatar tudo que viu, sem se preocupar se o relato jornalístico pode afetar ou não o fato histórico. O que certamente lhe impõe um dilema: seguir as regras profissionais sem maiores preocupações ou procurar perceber os efeitos da reportagem e manobrar as informações? Seguir as regras da objetividade ou usá-las de um ponto de vista estratégico? Em dados momentos, o princípio de “*publicar tudo que vê*” podia ser, para o jornalista, um argumento para enfrentar a censura, do governo ou a patronal. Em outros, esse critério pode prejudicar o desenvolvimento da luta dos novos atores por quem



grande parte dos profissionais de imprensa manifestavam sentimentos de simpatia e solidariedade. Como resolver esse dilema diante do conflito político sem cair em contradições?

Conclusão

As questões propostas pelo debate promovido pelo Sindicato mais do que serem respondidas nos permitiu identificar uma cultura jornalística. Cultura multifacetada, na qual os critérios jornalísticos, supostamente impessoais e universais, e os valores que norteavam as discussões em torno da ética profissional, tinham arranjos peculiares e muitas vezes contraditórios. Questões relacionadas à autonomia interpretativa do jornalista e o compromisso com a verdade dos fatos eram, muitas vezes, abalados por um compromisso moral e político, sintoma de uma identidade de classe que alguns jornalistas manifestavam diante da conjuntura.

Conforme EP Thompson,

“uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, do dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um sistema. E na verdade o próprio termo cultura, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro de um conjunto”²³.

Evidentemente que ao afirmarmos que existe uma cultura jornalística não estamos afirmando que houvesse um total dissenso ou consenso em torno de valores e práticas profissionais. Mas que esses valores e práticas eram negociados de acordo com a visão política de boa parte dos jornalistas. Daí eles assumirem usos estratégicos e não serem cristalizados. Sem dúvida, o clima polarizado do fim dos anos 1970 permitiu que houvesse

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Jornalismo**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.



um reconhecimento recíproco de que operários e jornalistas são, de forma representativa, trabalhadores assalariados. Não que isso tenha criado uma inflexão no fazer jornalístico, opondo de forma rígida jornalistas e donos de empresas jornalísticas. As afinidades pessoais e a relação de identificação com os jornais persistiam, talvez de forma não tão hegemônica. Mas, a polarização ideológica da época justificou uma série de atitudes dos profissionais que em outros momentos seriam interpretadas como aéticas.

No caso específico de São Paulo, ao fim dos anos 1970, a presença de um antagonismo de classe parece ter contaminado parte dos jornalistas no exercício da reportagem. A questão central do debate, em termos jornalísticos era discutir os limites éticos da conduta do profissional no contato com as fontes. A greve metalúrgica, na realidade, serviu para alimentar a discussão. Porém, como vimos ela se tornou o centro do debate e as discussões giraram em torno da forma que os jornalistas, enquanto profissionais, poderiam dar o seu apoio efetivo ao movimento.

Portanto, se havia um elemento comum aos jornalistas na discussão era da tomada de posição a favor da greve, evidenciando que a política era um elemento perturbador dessa cultura jornalística. Vimos que os critérios profissionais não apresentavam concisão quando os jornalistas tomavam atitudes de apoio ao movimento. Era difícil estabelecer julgamentos sem abalar a decisão de apoiar politicamente a greve.

Mas essa cultura jornalística, naquela conjuntura específica, já tinha incorporado demandas de natureza intrinsecamente sindicais, como pagamento de horas extras e cumprimento de jornada. Será que ser profissional jornalista iria incorporar esses conceitos? Segundo Julio, “*quando um surge negócio jornalístico, seu sangue ferve você quer está lá no meio e não importa o horário*”²⁴. O que distingue o jornalista de um profissional que exige reciprocidade em dinheiro a sua dedicação? Não havia nessa cultura jornalística, valores que diferenciavam os jornalistas das demais categorias de trabalhadores, dificultando a construção de uma identidade dos elementos desse conjunto?

Vejamos o que diz Dácio: “Se eu estou numa matéria quente, se eu fizer 26 horas numa matéria, chego na redação e, se não me derem grana ou folga eu não repito...”²⁵.

²³ THOMPSON, E. P. “*Costumes em Comum*”. Rio de Janeiro. Cia da Letras, 1998, p.17.

²⁴ Idem Ibidem.

²⁵ Idem Ibidem.



Afonso foi mais além: “Nesse caso, eu sou capaz de fazer a matéria para o veículo concorrente”²⁶. Como conciliar o impulso jornalístico com o cumprimento de normas trabalhistas que eram vistas como burocratizadoras e estranha a essa cultura jornalística? Não vamos responder. O que nos interessa aqui é a constatação de que demandas típicas do movimento sindical operário já estavam incorporadas, em algum grau, pelos jornalistas naquela conjuntura específica dos anos 1970. E essas demandas somadas a um forte antagonismo de classe presente na atmosfera política formaram o combustível necessário para levar os jornalistas à greve no dia 23 maio daquele ano. A luta metalúrgica apenas acendeu o pavio. Mas isto é uma outra história.

²⁶ Idem Ibidem.



Fonte Primária e Bibliografia

Unidade-Órgão Oficial do Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo, quadragésima segunda edição, abril de 1979.

ABRAMO, Laís Wendel. *O resgate da Dignidade*. Campinas, Unicamp, 1999.

ABRAMO, Laís Wendel. “O Resgate da Dignidade. Greve Metalúrgica em São Bernardo (1978)”. In “20 anos da greve de 1980”. Textos de Análise, site da Fundação Perseu Abramo, 2000.

ALBUQUERQUE, Afonso de (1999). *Um outro Quarto Poder: imprensa e compromisso político no Brasil*. Texto selecionado para o VIII Encontro Anual da COMPÓS. Belo Horizonte, 1 a 4 de junho de 1999.

CHALABY, Jean K (1996). Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, vol. 11 (3), p. 303-326.

DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos e Outros Episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

ETTEMA, James S. & GLASSER, Theodore (1998). *Custodians of Conscience: Investigative Journalism and Public Virtue*. New York: Columbia University Press.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro nos Anos 50*. Tese de Doutorado. UFRJ, setembro de 2000. Mimeo.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. “Política e História em Disputa: O Novo Sindicalismo e a Idéia de Ruptura com o Passado”. In *O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois*. RODRIGUES, Iram Jácome (org). Petrópolis, Vozes, 1999.

SCHUDSON, Michael (1978). *Discovering the News: a Social History of American Newspapers*. New York: Basic Books.

SCHUDSON, Michael (1982). “The Politics of Narrative Form: the Emergence of News Conventions in Print and Television”. *Daedalus* 111 (4), p. 97-112.



SOLOSKI, John. “O Jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos no Trabalho Jornalístico”. In *Jornalismo: Questões, Teorias e Histórias*. TRAQUINA, Nelson. Lisboa, Veja, 1993.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

ZELIZER, Barbie (1992). *Covering the Body: the Kennedy Assassination, the Media, and the Shaping of Collective Memory*. Chicago and London: The University of Chicago Press.